

CÂMARA MUNICIPAL DE PIQUETE

Presidente

Fl n.º

Ata da 11ª Sessão ORDINÁRIA Realizada em 03/08/2026

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA (11ª) SESSÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO (2º) ANO LEGISLATIVO DA DÉCIMA NONA (19ª) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIQUETE. Aos três (03) dias do mês de agosto do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de dois mil e vinte e seis (2026), as dezenove (19) horas, realizou-se a sessão acima anunciada. O senhor Ver. José Luiz de Faria Júnior, DD. Presidente da Câmara Municipal de Piquete constatando pelo sistema do painel eletrônico a existência de “quórum” regimental, com a presença dos Senhores Vereadores, invocando a proteção de Deus declarou aberta aquela sessão e convidou os senhores Vereadores e o público presente para que se colocassem em pé e juntos, cantassem o Hino à Piquete. Logo após o senhor Presidente solicitou ao senhor Secretário que fizesse a leitura da ata da 10ª Sessão Ordinária, realizada no dia 16/06/2026 e da 2ª Sessão Extraordinária realizada no dia 30/06/2026. Como não houvesse quem desejasse apresentar emendas nas referidas atas as mesmas foram colocadas em discussão, em votação e aprovadas por unanimidade de votos. Antes de passar a palavra para o senhor Secretário o senhor Presidente deu as boas-vindas ao público presente e aos que acompanhavam pelos meios de comunicação desta Casa de Leis. Em seguida fez um adendo sobre as atuais modificações deste Casa de Leis, sobre o Plenário modificado atendendo primeiramente a solicitação do Ministério Público, que as adequações eram para atender a todos para que a Casa de fato fosse a Casa do Povo. Ato contínuo solicitou ao senhor Secretário que fizesse a leitura dos documentos constantes do Expediente. 1) Of. GAB nº 232/26, de autoria do Poder Executivo, encaminhando resposta ao Requerimento nº 046/2026 de autoria da Ver. Janáina Martinez (Arquivar); 2) Of. GAB nº 233/26, de autoria do Poder Executivo, encaminhando resposta à Indicação nº 014/2026 de autoria do Ver. André Uchôas (Arquivar); 3) Of. GAB nº 234/26, De autoria do Poder Executivo, encaminhando cópia da Lei Ordinária nº 2232/2026, que dispõe sobre o Fundo Social de Solidariedade do Município de Piquete e dá outras providências (Arquivar); 4) Of. GAB nº 235/26, de autoria do Poder Executivo, encaminhando cópia da Lei Ordinária nº 2233/2026, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, cria o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e dá outras providências (Arquivar); 5) Of. GAB nº 236/26, de autoria do Poder Executivo, encaminhando cópia da Lei Ordinária nº 2234/2026, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência, cria o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dá outras providências (Arquivar); 6) Of. GAB nº 237/26, de autoria do Poder Executivo, encaminhando cópia da Lei Ordinária nº 2235/2026, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM, cria o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher e dá outras providências (Arquivar); 7) Of. GAB nº 238/26, de autoria do Poder Executivo, encaminhando cópia da Lei Ordinária nº 2236/2026, que dispõe sobre o Sistema Único Municipal de Assistência Social e dá outras providências (Arquivar); 8) Of. GAB nº 239/26, de autoria do Poder Executivo, encaminhando cópia da Lei Ordinária nº 2237/2026, que dispõe sobre a limpeza urbana, o descarte de resíduos da construção civil, movimentação de terra e materiais assemelhados, institui o Custo de Remoção Compulsória – CRC, estabelece procedimentos de fiscalização e dá outras providências (Arquivar); 9) Of. GAB nº 240/26, de autoria do Poder Executivo, encaminhando cópia da Lei Ordinária nº 2238/2026, que altera dispositivos da Lei Municipal nº 2010, de 10 de fevereiro de

CÂMARA MUNICIPAL DE PIQUETE

Presidente

Fl n.º

Ata da 11ª Sessão ORDINÁRIA Realizada em 03/08/2026

2015, que autoriza o Poder Executivo Municipal a subsidiar o transporte escolar de estudantes universitários e de cursos técnicos profissionalizantes de nível médio e dá outras providências (Arquivar); **10)** Of. GAB nº 241/26, de autoria do Poder Executivo, encaminhando cópia da Lei Ordinária nº 2239/2026, que institui o Programa de Inclusão Digital da Pessoa Idosa no Município de Piquete/SP e dá outras providências (Arquivar); **11)** Of. GAB nº 255/26, De autoria do Poder Executivo, encaminhando cópia da Lei Ordinária nº 2240/2026, que autoriza o Poder Executivo a renovar a concessão gratuita de uso de bem público à empresa IMPERFLUOR indústria e comércio de embalagens e impermeabilização de plásticos Ltda – EPP, com base na Lei Municipal nº 1.773, de 9 de maio de 2006 e dá outras providências (Arquivar); **12)** Of. GAB nº 256/26, de autoria do Poder Executivo, encaminhando cópia da Lei Ordinária nº 2241.2026, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2027 e dá outras providências (Arquivar); **13)** Of. GAB nº 263/26, de autoria do Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei Ordinária CM nº 005/2026, de autoria do Ver. André Luiz Gonçalves dos Santos Uchôas, que institui o Espaço PCD em eventos realizados no Município de Piquete, públicos ou privados de acesso coletivo, estabelece requisitos de acessibilidade, autorizações, uso de espaços públicos e fomento municipal, e dá outras providências (À Comissão de Justiça e Redação); **14)** Of. SSP nº 013/26, do Sec. Mun. Seg. Púb. e Trânsito Maxwell Azevedo, respondendo ao Requerimento nº 047/26, de autoria do Ver. Claudinei, sobre melhorias no trânsito das Ruas José Sebastião e Aristides Cesar, localizadas no Bairro da Raia, vias estas que dão acesso à Escola Professora Maria Odaísa da Costa Frota, situada na Rua Francisco de Paula Ribeiro, nº 35, Bairro da Raia (Arquivar); **15)** Of. SSP nº 014/26, do Sec. Mun. Seg. Púb. e Trânsito Maxwell Azevedo, respondendo ao Requerimento nº 048/26, de autoria do Ver. Claudinei, implantação de contramão de direção na entrada da ponte situada entre a Av. Pres. Tancredo Neves e a Unidade Básica de Saúde Municipal de Piquete (Pronto Socorro) (Arquivar); **16)** Of. nº 253/2026 de autoria da Secretaria de Finanças, encaminhando informações referentes às emendas parlamentares destinadas ao Município de Piquete. O Ver. Claudinei solicitou cópia do documento (Arquivar); **17)** Of. nº 016/SSP/2026, De autoria do Secretário Municipal de Segurança Pública e Trânsito, Maxwell Abreu R. de Azevedo, em resposta ao Requerimento 049/2026, de autoria do Ver. Ederson Marco Gonçalves, informando que as providências serão adotadas conforme a legislação vigente e a disponibilidade operacional do Município (Arquivar); **18)** Of. FCR 008/2026, de autoria de Evelize Maria Monteiro Chaves, Presidente da Fundação Christiano Rosa, solicitando a doação das poltronas do plenário da Câmara Municipal de Piquete (Arquivar); **19)** Of. s/nº, de autoria dos Vereadores, Claudinei, Eninho, Lucas, Janaína, Christiane e Geraldo, comunicando a constituição do bloco parlamentar denominado: “Bloco Trabalho Nunca Para” (Arquivar); **20)** Of. SME 07/2026, de autoria do Secretário Municipal de Educação, Leonardo Fabrício da Silva, em resposta ao ofício nº 170/26 de autoria do Ver. José Luiz de Faria Júnior, informando que a conclusão da obra permanece condicionada à adoção das providências administrativas para a contratação do engenheiro eletricista, elaboração de projeto elétrico e posterior execução dos serviços (Arquivar); **21)** Proposta Emenda LOM nº 002/2026, de autoria da Mesa da Câmara, que acrescenta à Lei Orgânica do Município de Piquete/SP art. 152-A que dispõe sobre as Emendas Impositivas na Lei Orçamentária Anual.

CÂMARA MUNICIPAL DE PIQUETE


Presidente

Fl n.º

Ata da 11ª Sessão ORDINÁRIA Realizada em 03/08/2026

Usando da palavra pela ordem o Ver. Prof. Juninho passou a presidência ao Ver. Prof. Lelinho e solicitou regime de urgência especial na propositura e se dirigiu à Tribuna. O Ver. Prof. Juninho cumprimentou a presidência e seus pares, público presente, o rotariano Claudinei, a professora Alice, Sr.^a Nenê do Conselho Tutelar e a todos que acompanhavam aquela sessão. Disse que queria esclarecer alguns fatores internamente e que eram importantes. Falou que não estava cometendo indelicadeza com nenhum dos pares que tinham interesse na matéria e a mesma deveria ser cada vez mais debatida, dialogada, ampliada e negociada. Disse que não estavam criando a questão da emenda impositiva na cidade. Explicou que estavam regulamentando. Falou que eram regras para que caso existisse emenda tivesse regra e caso não existisse a regra estava lá. Explicou comparando a um banco. Caso fosse fazer um empréstimo num banco, existia as regras com taxas, existia uma regulamentação monetária sobre aqueles valores e caso não fizesse a regra estava lá. Esclareceu que havia um comunicado da Secretaria Geral do Tribunal de Contas do dia 08 de maio de 2025 sobre a Lei Complementar nº 707 de 1993, que dizia que as Câmaras e Prefeitura deveriam instituir emendas impositivas em seus orçamentos e que no âmbito das Câmara Municipais era fundamental que a lei orgânica fosse ajustada às exigências da Constituição Federal. Deixou claro que não era ele quem estava falando isso, mas sim o Tribunal de Contas e caso alguém não concordasse que discordasse do Tribunal de Contas. Leu ainda que era recomendado as prefeitura e Câmara que aprovassem ajustes legais, normativos e operacionais necessários para fortalecer o controle e a eficácia da execução parlamentar. Em seguida falou que o Ministério público do estado de São Paulo no dia 22/05/2026, havia notificado a Câmara Municipal de Piquete e o Poder Executivo solicitando informações sobre Lei Orgânica do Município de Piquete, indagando se havia projeto em tramitação para adequação às exigências relativas às emendas impositivas, de acordo com a secretaria geral do Tribunal de Contas. Explicou que haviam informado que a Câmara Municipal de Piquete não tinha emenda impositiva e que a conclusão do Ministério Público foi de que o fato de não terem emenda impositiva não queria dizer que as regras para isso não pudessem ser criadas, pois isso trazia maior transparência aquela modalidade. Disse que de acordo com os autos de 23/02/2026, da promotoria de Piquete, falava-se que no âmbito municipal de Piquete, em cumprimento a determinação do Tribunal de Contas, Supremo Tribunal Federal, a DPF de 857, Distrito Federal, as diretrizes do comunicado em relação à Secretaria Geral do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a Câmara tinha sido notificada, e explicou que não havia fixação de limites do valor por parâmetros áreas de aplicação permitidas, o que fragilizava o controle pela compatibilidade do PPA e da LDO. Leu ainda que pela Câmara Municipal de Piquete havia sido informado que inexistiam emendas impositivas municipais, porém, não havia sido demonstrada adequação preventiva da lei orgânica, do regimento interno, nem da transparência específica das omissões por serem sanadas. O Ver. Juninho disse que não tinha passado por cima da ideia de ninguém, que respeitava o trabalho de todos os Vereadores e Vereadoras, mas que o Ministério Público estava cobrando a Câmara Municipal de Piquete sobre uma ação e perguntando o que a Câmara estava fazendo sobre isso e o prazo estava se esgotando. Pediu aos Vereadores que apreciassem a matéria em regime de urgência especial para que fosse atendido primeiro a modernização da legislatura desta Casa, segunda atendessem uma solicitação que já estava dentro do

CÂMARA MUNICIPAL DE PIQUETE

Presidente
Fl n.º

Ata da 11ª Sessão ORDINÁRIA Realizada em 03/08/2026

prazo de validade do Ministério Público do Estado de São Paulo. Frisou que não era ele quem estava pedindo e que não tinha criado da sua cabeça isso e muito menos quis desrespeitar a ideia de alguma Vereador ou Vereadora desta Casa. Disse que apenas cumpria, até porque era guardião com os outros Vereadores do trabalho da Casa. Agradeceu a atenção de todos e pediu o empenho para que a matéria fosse aprovada naquela sessão. Em seguida o Ver. Prof. Juninho reassumiu a Presidência e colocou o pedido de regime de urgência especial em votação sendo aprovado apenas com voto contrário do Ver. Claudinei Luiz de Moraes e encaminhado para a (Comissão de Justiça e Redação). O Ver. Claudinei por engano solicitou justificativa de voto, porém logo se retratou dizendo que faria na tribuna e disse que tinha gostado da cena do Prof. Juninho para o pedido de regime de urgência especial. O senhor Presidente agradeceu e disse que dispensava a fala do Ver. Claudinei para continuação dos trabalhos. **22)** PLO CM nº 008/26, de autoria do Ver. André Luiz Gonçalves dos Santos Uchôas, que institui o Dia Municipal de Proteção da Criança, a ser comemorado no mês de junho, no âmbito do Município de Piquete/SP, inclui a data no Calendário Oficial de Eventos do Município e dá outras providências. Usando da palavra pela ordem o Ver. André Uchôas solicitou regime de urgência especial no projeto. Iniciou sua justificativa dizendo que aquele tema era difícil de falar assim como era difícil falar sobre as mulheres, mas que tinham que buscar proteção para as crianças. Comentou a respeito de um bebê de 10 meses que tinha morrido em Fortaleza e que segundo as investigações preliminares teria sido estupro e depois concluiu que a criança havia morrido por asfixia. Disse que ao ouvir a notícia resolver fazer o projeto para que assim como as mulheres tinham proteção, as crianças passavam a ter proteção em nossa cidade. Falou que escolheu o mês de junho porque foi o mês que a criança faleceu. Explicou que a justificativa estava no projeto e ele só queria complementar, porque era algo importante e que deveria ser visto com outros olhos. Comentou que ele tinha 3 crianças pequenas, que o Ver. Lucas também tinha, o Ver. Claudinei tinha dois netos e então a preocupação era proteger e por isso solicitava o apoio dos pares. O senhor Presidente colocou o pedido em votação o qual foi aprovado por unanimidade e o projeto encaminhado para a (Comissão de Justiça e Redação); **23)** Of. GAB. 293/2026, De autoria do Executivo, encaminhando Projeto de Lei Ordinária nº 018/2026, que altera a Lei nº 2148, de 26 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a concessão de benefícios aos Atletas Piquetenses, para incluir o esporte coletivo, a hospedagem como modalidade de benefício, a possibilidade de contratação direta de passagens e hospedagem pelo Município, novos critérios de prioridade e desempate, a obrigatoriedade de relatório e prestação de contas, o custeio de despesas de programas e projetos esportivos geridos pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, e os Anexos I e II desta Lei. Usando da palavra pela ordem o Ver. Claudinei solicitou regime de urgência especial no projeto se abstendo da justificativa. O senhor Presidente colocou o pedido em votação o qual foi aprovado por unanimidade e o projeto encaminhado às (Comissões de Justiça e Redação; Finanças, Orçamento e Fiscalização); **24)** Projeto de Resolução nº 004/2026, de autoria da Mesa Diretora, que dispõe sobre a autorização para o Poder Legislativo Municipal proceder à doação/devolução de bens móveis ao Poder Executivo Municipal. O Ver. Prof. Juninho deixou a Presidência e solicitou regime de urgência especial naquele projeto. Em seguida se dirigiu à Tribuna e disse que aquele projeto era o fruto que estavam colhendo do bom trabalho daquela gestão. Falou

CÂMARA MUNICIPAL DE PIQUETE

Presidente

Fl n.º

Ata da 11ª Sessão ORDINÁRIA Realizada em 03/08/2026

sobre a próxima etapa da obra de acessibilidade e de inclusão para a população. Explicou que devido as modificações do Plenário alguns itens da Casa poderiam ser repassados, pois estavam em bom estado e iriam servir para o município de Piquete em diversos lugares. Disse que era para que pudéssemos nos organizar aqui e a Prefeitura com a equipe que viria retirar os itens e lembrou que até nisso o Poder Legislativo era parceiro do Executivo. Em seguida reassumiu a presidência e colocou o pedido em votação o qual foi aprovado por unanimidade e o projeto encaminhado para a (Comissão de Justiça e Redação); **25)** Requerimento nº 051/26, de autoria da Ver.^a Christiane Franco da Silva (Para a ordem do dia); **26)** Requerimento nº 052/26, de autoria da Ver.^a Janaína Martinez (Para a ordem do dia); **27)** Requerimento nº 053/26, de autoria do Ver. Prof. Juninho (Para a ordem dia); Requerimento nº 054/26, de autoria de autoria da Ver.^a Janaína Martinez (Para a ordem do dia); **28)** Requerimento nº 055/26, de autoria do Ver. Prof. Juninho (Para a ordem do dia); **29)** Requerimento nº 056/26, de autoria da Ver.^a Janaína Martinez (Para a ordem do dia); **30)** Indicação nº 016/26, de autoria da Ver. Janaína Martinez, nº 017/26, de autoria do Ver. André Uchôas, nº 018/26 e 019/26, ambas de autoria do Ver. Prof. Lelinho (À consideração do senhor Prefeito); **31)** Moção nº 024/2026, de autoria do Ver. Claudinei (Para a ordem do dia). Antes de passar para o segundo momento da sessão, o senhor Presidente convidou para que se dirigisse à Tribuna a Sr.^a Alice Nazaré Tonelotto, inscrita para fazer o uso da palavra. A Prof.^a Alice cumprimentou a todos e disse que estava ali a convite da Ver.^a Janaína, pois tinha feito um pedido a ela sobre a criação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Explicou que a maior deficiência encontrada no município era a TEA e as deficiências mentais de várias naturezas. Disse que era inadmissível que não se criasse políticas públicas para essa população de 12% de crianças neuro divergentes. Disse que tinha batalhado muito sobre essa questão citando que necessitariam de sala sensoriais, praças sensoriais, CAPS e atendimentos para vários tipos de problemas. Disse que às vezes um adolescente neuro divergente não era tratado, mas o traficante da esquina vai cuidar desse adolescente e vai oferecer drogas a ele mesmo sendo neuro divergente. Falou sobre um trabalho de psicologia que tinha feito com a população carcerária e disse que a maioria daquelas pessoas eram TDAHs não tratadas. Disse que cada dia que passava na vida dessas pessoas era uma vida que se perdia, era uma mãe que estava em sofrimento sem saber o que fazer com a criança, pegava o chinelo e batia, pois não tinha tratamento. A Prof.^a Alice disse que o projeto apresentado pelo Ver. André Uchôas era muito importante, acrescentou que com relação a recursos, a área da saúde não tinha e a educação abraçava essas crianças com uma estimulação inicial, mas quando a crianças chegava no sexto ano, na escola do estado essa estimulação não acontecia. Esclareceu que essa fase era a mais importante porque acontecia um “boom” hormonal e o adolescente tinha mais conflito com ele mesmo. Agradeceu a Ver.^a Janaína, pois havia pedido a ela para criar o conselho e depois descobriram que o conselho já estava sendo criado. Explicou que o conselho não iria gerar ônus e que seria repassado verba do governo federal. Disse ainda que o governo federal aumentava 40% na verba da educação e 20% na verba da saúde para crianças que eram laudadas com TEA. Falou que estava muito feliz por ter ouvido sobre praça sensorial e disse que havia ficado apanhando de sua filha no hospital por não ter um espaço adequado pra ela. Deu os parabéns pela reforma da Casa, por estarem praticando a inclusão. Falou em seguida que a barreira arquitetônica

CÂMARA MUNICIPAL DE PIQUETE

Presidente

Fl n.º

Ata da 11ª Sessão ORDINÁRIA Realizada em 03/08/2026

era uma coisa fácil de minimizar, mas a barreira humana, a mente da pessoa era muito difícil mudar. Disse que tinha escrito um livro que falava exatamente sobre isso: Barreira humanas. Falou que fazer uma entrada na escola como tinha sido feito na Câmara não era difícil, mas convencer o Diretor a fazer era. Falou ainda que fazer uma praça sensorial não era difícil, mas convencer o Prefeito fazer era um parto. Agradeceu novamente e disse que o Conselho iria se reunir uma vez por mês para discutir políticas públicas. Falou da importância da sociedade participar e que era necessário discutir a falta de medicamentos, de tratamentos e isso ela estava falando para as mães atípicas. Lembrou a respeito da Lei Berenice Piana que fazia com que a pessoa pública perdesse o cargo quando ela colocava obstáculos para atender criança neuro divergente. Lembrou que não era porque a pessoa tinha sido eleita com 80% dos votos que ela estava acima da lei. Encerrou sua fala agradecendo a oportunidade e em especial a Ver.^a Janaína que a tinha ouvido e disse que agora iam lutar para que através desse conselho fosse criada a secretaria do deficiente e um órgão captador de recursos. Cumprimentou a todos e encerrou seu pronunciamento. O senhor Presidente passou para o segundo momento da sessão onde os Vereadores inscritos fariam o uso da palavra. Uma vez que a Ver.^a Janaína Martinez declinou do uso da Tribuna, o Ver. Lucas Leal, inscrito para falar cumprimentou a Presidência, Mesa composta, demais pares, público presente, ex-vereador Claudinei e pediu as bênçãos de Deus para o segundo semestre. Agradeceu a equipe do senhor Bino pelo trecho da estrada do Ronco solicitado por ele. Disse que não entendia porque algumas pessoas achavam errado agradecer o funcionário público e lembrou que todos que trabalhavam esperavam reconhecimento. Falou que assim como cobravam, o agradecimento não fazia parte só da atividade, mas sim da educação em agradecer quando era atendido. Em seguida disse que a questão colocada pela Prof.^a Alice era muito pertinente e que ele e outros Vereadores já tinham colocado essas questões, mas eram impedidos muitas vezes porque projetos desse nível incorriam em custos para o Poder Executivo e acaba entrando em uma inconstitucionalidade. Falou que aos Vereadores cabia cobrar e correr atrás de verbas que fossem possíveis de aplicar nesse tipo de projeto. Disse que se a Prefeitura não tinha caixa um, os Vereadores precisavam correr atrás de recursos para fazer o que precisava ser feito. Falou ainda que o seu partido Podemos era ligado à causa autista e que ele já havia recebido o assessor do Dep. Rodrigo Gambale com mães atípicas na sua casa para entender um pouco das dificuldades. Comentou que tinha uma mãe que tinha um filho com 17 anos e aos 18 perderia alguns direitos, mas mesmo se tornando maior de idade ele precisaria de acompanhante pro resto da vida. O Ver. Lucas disse que fazer um fundo a partir do conselho era possível e que o dinheiro era destinado a crianças ou pessoas com alguma necessidade especial, mas que isso era premissa do Executivo. O Legislativo aprovava e a partir disso o fundo podia receber doações tanto de CPF quanto de CNPJ, quanto da Prefeitura que não teria obrigação, mas que poderia ajudar caso quisesse e pudesse. Lembrou da obrigatoriedade da pasta da educação de 25% e disse que talvez algumas ações fossem feitas pela pasta uma vez que ela tinha um pouco mais de recursos. Falou que se não estava enganada o Prefeito já havia levantado a questão de praça sensorial e que tinham que procurar saber quando ia sair e em que pé estava. Disse que os problemas das mães atípicas que ele recebeu em casa eram problemas que ele nem imaginava. Falou que esperava que pudessem progredir com aquela questão, parabenizou a Prof.^a Alice por ter usado a tribuna à convite da Ver.^a

Lucas Leal

JP

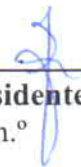
g

JP

JP

JP

CÂMARA MUNICIPAL DE PIQUETE


Presidente
Fl n.º

Ata da 11ª Sessão ORDINÁRIA Realizada em 03/08/2026

Janaína e aproveitou para dizer que servisse de exemplo para outras pessoas que tivessem algo a dizer que viessem usar a Tribuna livre ao invés de ficar jogando conversa fora em redes sociais. Contanto que fosse cordial, poderia vir a esta Casa e usar a Tribuna. O Ver. Lucas disse que apesar que achava que essas pessoas não iriam querer, pois se achavam os guardiões da verdade e das soluções que a cidade precisava. Pediu mais uma vez as bênçãos de Deus para o trabalho no novo semestre e encerrou sua fala. Inscrito para falar o Ver. André Uchôas fez os cumprimentos de praxe, cumprimentou também o senhor Claudinei do Rotary, a Prof. Alice, sua mãe e todos os ouvintes da Rádio Natureza e internautas. Iniciou seu falando sobre o veto ao projeto PCD que ele havia feito e que tinha sido considerado inconstitucional pois gerava custos. Fez então uma sugestão ao Executivo, que criasse o projeto através da Prefeitura Municipal, porque era justo e legítimo as pessoas com deficiência terem seu espaço em qualquer tipo de evento. Falou que como a Prof.^a Alice já tinha dito era necessário ter um novo olhar para essas pessoas. Disse que o Executivo podia até mesmo usar o seu projeto e fazer valer a lei e o direito de todos principalmente para as pessoas portadoras de deficiência. Disse que tinha ficado muito feliz com a resposta do Executivo sobre a praça sensorial, lembrando que não precisava ser algo grande, mas algo razoável e que atendesse aquelas pessoas. Citou o Deputado autor da Lei do Laudo Permanente, que dizia “precisamos fazer mais projetos para incluir”. O Ver. André disse que já havia colocado vários projetos nesse sentido, mas que a praça não era responsabilidade do Legislativo fazer. Em seguida teceu comentários sobre as eleições. Disse que hoje se falava muito em direita e esquerda, que era uma briga, mas que se perguntasse pra quem estava passando fome se ele era de direita ou de esquerda a resposta seria: não sei, eu quero comer. O mesmo aconteceria com um desempregado que ia responder que queria trabalho. Falou que tinha aprendido com algumas lideranças a olhar sempre para a frente e nunca para os lados, sempre pra frente, sempre pensando no povo. Comentou em seguida sobre a matéria a respeito da emenda impositiva. Disse que a proposta tão somente regulamentava as emendas impositivas para que no futuro os Vereadores caso quisessem criassem a emenda. Falou que seu voto seria favorável e esperava que a partir disso não deixassem de atender o Ver. André Uchôas, porque ao deixar de atender estavam deixando de atender a população. Deixou claro que recebia inúmeros pedidos e que ali não existia oposição, mas pessoas que pensavam de forma diferente. Disse que o parlamento servia para se discutir opiniões e que a sua, de acordo com o Ministério Público era pela regulamentação do projeto e ele iria votar favorável. Comentou que tinha ficado sabendo que um Secretário estava de férias e mesmo assim tinha ido falar com ele para pedir dois tambores de lixo, pois sabia que era ele quem tinha de autorizar. Disse que ele havia respondido que estava de férias e ia ver o que fazia. O Ver. André disse que tinha pensado em comprar os latões e colocar pra população, mas achava isso desaforo e questionou se ele estava de férias por que estava na Prefeitura? Deixou claro em sua fala que o Secretário era um comissionado e sendo, tinha que estar à disposição da Prefeitura e da população 24 horas, mesmo estando de férias. Disse que muita gente poderia discordar dele, mas ele estava ali para atender a população e não se preocupava com isso. Falou que ia conversar com o Prefeito sobre isso, mas que sabia o porquê o Secretário não queria atendê-lo. Disse que trabalhava honestamente, que não tinha ninguém que o ajudasse e que não era diferente de ninguém. Falou ainda que sempre trazia a comprovação de onde estava

CÂMARA MUNICIPAL DE PIQUETE

Presidente

Fl n.º

Ata da 11ª Sessão ORDINÁRIA Realizada em 03/08/2026

buscando benefícios para a população, passear jamais. E agradecendo encerrou sua fala. Inscrito para a Tribuna o Ver. Claudinei cumprimentou a presidência, Vereadores e Vereadoras, em nome do seu companheiro de Rotary Claudinei Magalhães, até julho governador do distrito 4571, os presentes, internautas e ouvintes da Rádio Natureza FM. Iniciou dizendo que estava pouco se lixando que fizessem crítica dele ou de quem quer que fosse, principalmente quando a crítica vinha de pessoas que não tinham feito 10% do que ele havia feito pelo município. Falou que manteve seu post dizendo que existiam pessoas que o único projeto que tinham na vida era criticar. Disse que o cidadão podia fazer a crítica que bem entendesse, mas que quando ele colocava um posicionamento seu era criticado por isso. Deixou claro que sempre ia falar o que pensava e o que tinha vontade onde quer que fosse e se não queriam acompanhar que o bloqueasse nas redes sociais. Falou que criticavam os Vereadores dizendo que não estão fazendo nada na cidade, mas não vinham em uma sessão de câmara para acompanhar o trabalho do Vereador, os documentos enviados ao Prefeito de tudo o que pediam na mídia. Disse que muitas vezes resolviam o problema de dia e a noite já estava tudo sujo de novo. Lembrou que quando falavam mal do agente público, o agente também tinha esposa, filhos, mãe e pai. Disse que a eleição era para Presidente e já estavam se lançando a pré-candidato para aparecer e depois lançar o próprio nome para depois ser candidato. Lembrou que a cadeira que estava ocupando não era deles, mas que tinha que ter competência para ocupa-la. Disse que perguntaram pra ele quem era os candidatos a Prefeito e ele responde que o Ricardo Lilão pretendia ser, a Luciana Damas pretendia ser, O Christian vice-prefeito era natural que pretendesse ser. Que na Casa já ouviu falar que os Vereadores Lelinho e Juninho pretendiam ser e isso era um direito de cada um. Lembrou que precisava ter um partido, estrutura, grupo e propostas para isso. Continuando sua fala disse que tinha feito uma postagem dos 300 mil que tinha conseguido com o Deputado Marcos Damázio que seria utilizada para a construção da via sacra e aqueles que só criticam não falaram nada. Postou sobre os 500 mil dele e do Ver. Eninho média e alta complexidade na saúde e não falaram nada. Falou dos 2 milhões que tinha conseguido e estava agora sendo usado no Bairro São José, Canta Galo, Benfica e Tabuleta e ninguém estava vendo isso, mas quando passavam na rua e viam algo errado diziam que o Vereador não estava vendo. Perguntou quem garantia que o Vereador já não tinha visto e requerido ou feito uma indicação? Disse que mesmo sendo líder o governo cobrava do Prefeito e dos Secretários e não só pra ele, mas para todos os Vereadores citando inclusive o Ver. André. Continuou dizendo que a hora que entrou com um requerimento montando um bloco parlamentar ele tinha visto Vereador rir na leitura do bloco parlamentar como se não tivesse valor. Em seguida o Ver. Claudinei disse que não estavam fazendo uma adequação, mas estavam criando a emenda impositiva e perguntou ao Ver. André se ele tinha lido a proposta. Disse que aquilo que o Ver. Prof. Juninho tinha lido não era determinação para criar emenda impositiva, mas para que fosse feita a adequação e a rastreabilidade das emendas impositivas que existiam. Citou o art. 152 que falava de todo o tipo de emenda, mas que não falava de emenda impositiva e falou ao Ver. André que a partir do momento que ele estava votando para o aprovar o 152-A ele estava criando a emenda impositiva. Falou que não estava alterando, estava acrescentando, ou seja, criando. Pediu que mostrassem pra ele, na recomendação da Dr.ª Renata, aonde ela falava para se criar emenda impositiva. Disse que se o Ver. André ou o Presidente

Lucas Leal

CÂMARA MUNICIPAL DE PIQUETE

Presidente

Fl n.º

Ata da 11ª Sessão ORDINÁRIA Realizada em 03/08/2026

mostrassem pra ele, ele votaria favorável, que podiam enganar outros e não ele. Falou ainda que o que ela falava ali e ela estaria ouvindo e não ia contraria-lo e ele tinha certeza absoluta, ou ela ou o assessor dela, ela pedia que se observasse o comunicado SDG nº 28/2025, que era a questão dos municípios que tinham a emenda impositiva sobre a transparência e a rastreabilidade e era isso que ela falava. Disse que se fosse criado e era o que o estavam querendo fazer, que o Presidente da Casa tinha assinado o pedido hoje do projeto de lei e na legislatura passada ele tinha sido contra, porque o Ver. Mateus tinha tentado colocar aquela emenda e ele havia sido contra e hoje ele era o autor. Perguntou porque o Ver. Prof. Juninho foi contra lá atrás e agora havia resolvido ser a favor? Disse que se queriam ajudar o município era para irem atrás dos deputados e pedir emendas, porque uma emenda impositiva aprovada não dava pra fazer nada pelo município se dividido por cada Vereador, mesmo porque 50% tinha que ser destinado à Saúde. Falou que era só ler, que estavam vendo o Supremo falando sobre emendas impositivas que eles eram contra. Disse que criaram o comunicado para evitar que isso fosse banal como era antes. Falou que ia ler algo, que interpretação cada um fazia de uma forma, mas que tinha coisa que não tinha como alterar a interpretação. "Não existe uma decisão judicial que obrigue todos os municípios brasileiros a criarem emendas impositivas". O que existia era: "A criação de emendas impositivas depende de previsão na lei orgânica". Falou que era o que o Ver. André ia fazer votando favorável. E continuou: "Ou na Constituição Estadual quando aplicável. Aprovado pela Câmara não é imposição direta da Constituição Federal para todos os municípios". E continuou: "Congresso Nacional. O Supremo Tribunal Federal tem proferido decisões relacionadas a emendas parlamentares, mas voltadas principalmente à transparência e a rastreabilidade e controle. Em 2025 foi determinado que os municípios adotem emendas parlamentares (nós não adotamos) observem os mesmos padrões de transparência aplicada à União. Essa decisão não obriga a criação de emendas impositivas, apenas disciplina sua execução quando existirem". E continuou falando com o Ver. André, perguntando se o mesmo tinha lido o art. 152 e perguntou ao Vereador o que falava o artigo 152. O Ver. André foi responder dizendo que com todo o respeito, mas o Ver. Claudinei o interrompeu dizendo que não tinha dado aparte. O Ver. André disse que então ele não perguntasse. O Ver. Claudinei disse que se ele tivesse pedido o aparte... E continuou dizendo que era um direito do Vereador, mas que não falasse que estava adequando. Disse ao Ver. André que ele estava criando e que era para ele fazer sou favorável porque eu estou criando a lei, lei esta que estava sendo colocada por um autor que foi contra no Legislativo passado. Falou que a política era assim, quando interessava era adequação e quando não interessava não prestava era criação. Reafirmou que não estava tendo nenhuma adequação, que adequação foi o que tinham feito com a questão da inexigibilidade na lei orgânica que falava que não constava no artigo quem não podia assumir o cargo de confiança, não constava a pessoa que estava inelegível, aí sim era adequação, colocaram a inexigibilidade no artigo. Disse inclusive que tinham tirado muita coisa do artigo e que ele tinha alertado, mas que não o ouviram. Disse que se fosse aprovada em dois turnos seria criada a emenda impositiva. E lembrou que tinha que ser dois terços. Falou que se queria fazer articulação e aprovar o projeto era um direito político era só articular-se, mas não com mentira, não com inverdade, porque não tinha nenhuma representação obrigando a criação da emenda impositiva. Teceu outros comentários a respeito do assunto e encerrou dizendo que era sua

Lucas

JP

g

A

Q

se

A

Q

CÂMARA MUNICIPAL DE PIQUETE

Presidente

Fl n.º

Ata da 11ª Sessão ORDINÁRIA Realizada em 03/08/2026

opinião e não achava bom a emenda impositiva e agradecendo encerrou sua fala. Inscrito para falar o Ver. Prof. Juninho deixou a presidência e se dirigiu à Tribuna. Cumprimentou a presidência, Vereadores, público presente, Prof.^a Alice, que tinha discorrido sobre um tema sensível, mas importante e aos que acompanhavam através dos meios de comunicação. Disse que iniciava sua fala falando de princípios, educação, cordialidade e respeito. Falou quando se encontravam num processo democrático de direito era para se pensar em projetos para a população e não para si. Que fosse analisar caso a caso, o passado, havia incoerência até mesmo no processo político. Gente que já tinha sido oposição e era Governo e gente que era Governo podia ser oposição. Gente que tinha trabalhado favorável, podia trabalhar contar e vice-versa. Disse que nem se sentia apto pra julgar nada disso pois não era para isso que tinha sido eleito. Não tinha sido eleito para ser júri, tinha sido eleito para legislar, fiscalizar, trabalhar, servir o povo, atender as demandas e isso ele respeitava demais. Lembrou que o Vereador não conseguia resolver tudo pois não era o Secretário, o Prefeito, não era a pessoa que tinha a ferramenta para poder fazer. Mas que o Vereador, levava, debatia, criava possibilidades, buscar recursos. Falou que isso todos já sabiam, mas o respeito à população, o respeito aos munícipes que os faziam diferentes. E complementou: diferentes porque quando você escutava os munícipes e encaminhava seus pedidos por indicação, requerimento, estavam cumprindo seu trabalho e recebiam o salário para isso. Disse que não concordava e era sua opinião sobre atendimento do lado A e do lado B. Frisou que quando acabava a eleição tinha que se ter o maior projeto de vitória para a população e não para o lado A, lado B, lado C. Exemplificou que ia deixar de atender a Dona Maria porque ela não tinha votado nele. Falou que era injusto quando se via que alguns pedidos eram as duras penas. Disse que daí via a falta de respeito de algumas pessoas que tratavam isso como se fosse um teatrinho, ceninha: tá todo mundo sendo atendido, tá tudo bem. Não estava tudo bem e a própria população estava falando. O Ver. Prof. Junino disse que cabia entre os Vereadores disparos, ataques, pessoalidades, baixaria de nível e isso ele sabia que não ia acontecer pois todos ali tinham educação e lembrou que tinham que cobrar as coisas era do Executivo. Deixou claro que o Executivo não podia ficar com raiva de Vereador porque estava fazendo o seu papel. Se ele falava sobre o buraco na rua era porque tinha gente cobrando sobre o buraco na rua. Se ele falava do horário de circular era porque tinha gente que utilizava o circular. Disse que não adiantava achar que o Vereador que trabalhava pelo povo era oposição, pelo contrário, estavam ali para ajudar o governo a aprimorar as soluções para os problemas da sociedade que às vezes passava despercebido sim. Falou que ninguém era contra ninguém, estavam todos trabalhando pelo município. Disse que os politiquinhos, a política má, a política antiga de beira de calçada que tinha o escrúpulo pelo poder, que queria fazer a manutenção das coisas erradas e que os traidores apoiavam é que faziam politicagem em cima do pedido do povo. Disse que queriam apenas fazer o bem para a população. O Ver. Prof. Juninho disse que algumas falas das redes sociais realmente fugiam da realidade do respeito para com os Vereadores e isso não podia ser aceito, daí era só mostrar o trabalho realizado. Falou que era triste ver certas situações da política da nossa cidade que estavam se desenrolando e que ele não ia esperar chegar no penúltimo, no último ano para falar as verdades não. Disse para começar a falar as verdades agora, colocar o que os bastidores da política de Piquete tinham passado para a população, que não era pra esperar chegar

Lucas Leal

JP

✓

h

AD

AD

AD

AD

CÂMARA MUNICIPAL DE PIQUETE

Presidente

Fl n.º

Ata da 11ª Sessão ORDINÁRIA Realizada em 03/08/2026

2028 com os possíveis candidatos, fosse quem fosse pois vivemos em uma democracia, para que depois não tivesse o dedo apontado na cara como uma pessoa que não tinha trabalhado pelo município. Disse que isso era desrespeitoso e antiético. Falou que quem acompanhava o trabalho do Legislativo sabia que era dia e noite pelas coisas boas para a cidade. Explicou que se solicitava alguma coisa da rua, do buraco da rua era porque escutava, como tinha escutado a seguinte fala: que o funcionário e secretário da Prefeitura passa com o carro da Prefeitura pelo buraco e não resolve. Disse que entendia e filtrava e respondia que ia encaminhar para que a Prefeitura fizesse e se não fizesse ele ia cobrar de novo e não podiam ficar chateados por isso. Disse ainda que não se podia ser irresponsável com a situação do horário do circular, porque se o transporte era público coletivo ele tinha que atender a todos, que não adiantava nada ter os horários e não ter as pessoas utilizando desses horários. E ele explicou que não estava falando que em festas o circular deveria ter todos os horários subindo e descendo de graça para o povo. Sugeriu que fosse feita uma pesquisa com dados e não de fala, que comprovassem quantas pessoas e que horas usavam o circular. Disse que tínhamos agora circular de graça e a população não estava utilizando por causa do horário e isso precisava ser revisto, pois pagava-se mais de 800 mil para que a empresa prestasse o serviço. Frisou que as pessoas tinham o direito de usar e para isso tinha que ser no melhor horário para todos. Em seguida disse que concordava com a fala dos nobres pares sobre agradecer, que tinham que agradecer mesmo, externar aquilo que era de mais bonito, porque se fosse deixar transparecer a verdadeira face iria assustar algumas pessoas e em alguns casos a pessoa se mostrava, se deixava tomar pela raiva e mostrava quem era ou o que pretendia fazer. Falou que quando agradeciam as pessoas, secretários, governo, se estava externando através das palavras e convidou para que externassem de uma forma concreta fazendo o plano de carreira dos servidores. Disse que falar muito obrigado, Deus abençoe, falava-se muito para os comissionados que tinham um salário legal. Questionou quanto aos servidores que estava na ponta e ele não estava falando isso agora não. Falou que no segundo e no terceiro ano de mandato tinha a proposta de fazer o plano de carreira e não foi feito. Comentou que Vereador também já tinha corrido atrás. Disse que tinha a certeza de que com a gratidão do dia a dia, uma condição melhor e um salário progressivo iam externar a gratidão a quem fazia a cidade de Piquete acontecer, desde o coletor de lixo até o professor que estava na sala de aula, entre outras áreas do município. Sugeriu que convidassem o Executivo para sentar e elaborar o plano de carreira dos servidores. Em seguida disse que tinha visto o vídeo do Secretário Álvaro Masulck sobre a festa do Piquetão 2026. Disse que gostava de debater essa matéria, o que o Piquetão trazia de lucro para nossa cidade. Disse que no vídeo foi dimensionado valores na casa dos 16 milhões se não estava enganado, e que ele, Álvaro, se referia a uma pesquisa feita pela Prefeitura. O Ver. Prof. Juninho perguntou onde estava a pesquisa. Deixou claro que não estava sendo irônico ou debochado, estava apenas fazendo o seu papel. Que estava solicitando a pesquisa para levar até a população para que ela soubesse. Perguntou qual tinha sido a metodologia, pois 16 milhões era muito dinheiro e se tinha entrado para o município iam começar a ver vários e vários projetos serem bem desenvolvidos. Frisou que se a Prefeitura havia feito essa pesquisa, a Câmara tinha por obrigação tê-la em mãos para responder para a população. Disse imaginar que 16 milhões não tivessem ido para o caixa da Prefeitura em fonte um, porque ele sabia que tinha sido

humas lial

CÂMARA MUNICIPAL DE PIQUETE

Presidente

Fl n.º

Ata da 11ª Sessão ORDINÁRIA Realizada em 03/08/2026

fracionado em várias áreas. Então precisava ser explicado e esclarecido. Disse não saber das demais pessoas, mas ele não tinha respondido nenhuma pesquisa e desconhecia pessoas que na época haviam participado. Falou que queria saber a metodologia e que se esse valor tinha entrado, que bom, pois teriam mais motivos para falar positivamente da festa, até porque só em um show tinha sido investido mais de 800 mil e se teve retorno de quase 16 milhões e ele não estava falando diretamente para o caixa da Prefeitura, aqueles valores agregaram. Falou que era importante levar para a opinião pública esse tipo de esclarecimento pedagógico. Explicou que era um requerimento de sua autoria para a Prefeitura, para a secretaria de Governo e esperava que fizessem esse levantamento que seria muito importante, deixando claro que isso não era oposição. Pediu que o pessoal da politicagem barata o deixasse em paz e que não se esquecessem que na vida a gente plantava e a gente colhia. Falou que tinha que fazer o seu trabalho e não sofria por pressão. Disse que gostava muito do que ele fazia com maior respeito a todos. Disse saber das diferenças que tinham no Plenário e na Casa, mas não podia deixar de trabalhar pela população. Disse que só deixaria de trabalhar pela população o dia em que fosse obrigado a fazer maldade para os Vereadores. O dia em que fosse chamado em algum lugar coibido para fazer maldades contra os Vereadores, coisa que ele nunca tinha feito nesses 6 anos de gestão da Casa. O Ver. Prof. Juninho falou que defendeu a Casa e os Vereadores porque sabia como era o trabalho deles. Disse que tinha gente lá fora que podia apontar o dedo, mas só apontava porque não sabia da nossa realidade. Deixou claro para o Ver. André que não gostava de intimidação, não gostava da situação de que não vai atender, que não vai isso, que não vai aquilo e que a população tinha que saber das nossas realidades. E se não ia saber de um jeito ia saber de outro. Disse que não adiantava vir com intimidação, fazer Vereador, Vereadora perder a noite de sono, ficar desconfortável com a família, com os amigos por uma questão que às vezes era técnica, porque se fosse política estaria no jogo certo, pois técnico era técnico. Disse que para haver futuro político tinha que haver segurança jurídica que era uma área técnica. Falou pra fazer loucura da vida para ver se ia ter futuro político e era por isso que tinha uma equipe técnica que dava retorno, assessoramento e orientação. E quando diziam eu sou contra assessoramento, ele respondia, que bom, vai ser contra assessoramento, vai ser contra quem quiser, bom pra você, é direito de cada um. O Ver. Prof. Juninho disse que não ia errar em fazer o seu papel como Presidente da Câmara e orientar os Vereadores. Disse que poderia ser egoísta e falar porque iria recair só sobre ele, mas não, a responsabilidade que tinham naquele plenário era igualitária. Em seguida falou sobre a resposta ao ofício de sua autoria sobre a reforma da escola Ricardo Godoy Lopes. Explicou que o objeto do contrato era a modernização e climatização da escola, mas que estava faltando o projeto elétrico. Disse que precisa correr atrás e resolver esse problema. O Ver. Prof. Juninho disse que tinha falado com o senhor Leonardo num dia e no outro dia ele já não era mais secretário de educação e aproveitou para dar as boas-vindas para a senhora nova Secretária de Educação, dona Vanessa a quem ele desejava um excelente trabalho. Solicitou a nova secretária da pasta que visse isso junto com obras, pois era um projeto que precisava de atenção para ser finalizado. Disse em seguida que gostava de caminhar pela cidade que as pessoas o paravam, comentavam, traziam algumas realidades. Disse que dias atrás o senhor Itamar e a dona Sônia foram falar com ele sobre falta de medicamentos e ele os tinha orientado da

Lucas Lual

J.P.

A

J.P.

el

A

S

CÂMARA MUNICIPAL DE PIQUETE

Presidente
Fl n.º

Ata da 11ª Sessão ORDINÁRIA Realizada em 03/08/2026

maneira correta. Falou que estava ali para encontrar soluções e não para causar intrigas com acontecia um tempo atrás quando tinha Vereador querendo caçar Vereador, gente querendo derrubar gestão para chegar no poder, maldades que infelizmente existia na política e que muita gente não gostava e que muita gente não sabia que existia na política. Falou que tinha respeito pelos pedidos da população e citou o dia em que passou pelo Josefina e as crianças o abordaram pedindo a grade para o campinho de futebol. Disse que estava apenas repassando o que a população mirim estava pedindo. Falou do escadão do Josefina seu primeiro documento quando tinha chegado nessa Casa de Leis, o 001. Disse que se recordava na época em ter falado com o senhor Tiãozinho e a dona Gracinha, não tinha prometido, mas tinha dito que ia se empenhar e até hoje não tinha sido realizada a obra. Falou que a população precisava ser atendida, que ele sempre trabalhou, que tinha trazido recursos para a cidade, tanto que tinha chegado um valor para o asilo do deputado estadual e estava correndo atrás de outros parceiros para o município. Disse da importância da parceria com as instituições, que quando a administração não conseguia fazer, as instituições como o Rotary, abraçavam, ajudavam. Encerrou suas palavras dizendo que estava ali a justificativa da proposta que iam discutir. Disse que não queria fazer politicagem com os Vereadores e nem desrespeitá-los de forma alguma. Se retratou com a Ver.ª Christiane mas disse que era necessário atender as adequações sugeridas à Câmara. E agradecendo encerrou sua fala. Em seguida o Ver. Prof. Juninho reassumiu a presidência e suspendeu a sessão por 15 minutos para elaboração de pareceres, quando retornariam para a ordem do dia. Decorrido o tempo necessário o senhor Presidente reabriu os trabalhos e constatando a presença dos senhores Vereadores no painel eletrônico, solicitou ao senhor Secretário que fizesse a leitura da ordem do dia. 1) Parecer nº 034/2026, da Comissão de Justiça e Redação, com relação a Proposta de Emenda a Lei Orgânica do Municipal nº 002/26, datada de 30/07/2026, de autoria de 1/3 dos Vereadores da Câmara Municipal, que dispõe sobre o acréscimo do artigo 152-A na Lei Orgânica Municipal de Piquete. A matéria foi colocada em 1ª discussão. Usando da palavra o Ver. Eninho fez os cumprimentos de praxe e disse que não tinha entendimento daquele projeto quando o mesmo entrou na sessão ordinária na primeira segunda-feira de agosto quando tinha sido informado. Disse que não tinha como pedir vista no projeto e seu voto seria contrário devido ao trâmite de não passar informações, conversar sobre o projeto, debater sobre o projeto, um projeto que já tinha sido discutido entre todos os Vereadores. Disse que às vezes um projeto com uma relevância muito importante e um compromisso e um comprometimento a mais para os Vereadores. Então seu voto seria contrário devido a trâmite de conversa e relacionamento, oposição. Disse que não tinha assinatura, que não tinha sido informado pela assinatura, que não tinha assinado o projeto e que como não podia pedir vista o voto dele seria contra. Como não houvesse quem mais desejasse discutir a matéria, foi colocada em votação e aprovada de forma unânime pelos presentes. O senhor Presidente colocou o projeto em 1ª votação. O Ver. Claudinei solicitou encaminhamento de votação. O senhor Presidente explicou que a votação seria feita em dois turnos e depois passou a palavra ao Ver. Claudinei que orientou a bancada votar contrária ao projeto uma vez que não estava tendo nenhuma adequação na lei orgânica, o que estava sendo feito era a criação de um novo artigo, o mesmo artigo com a alínea A, e com a criação das emendas impositivas. Disse que da forma que estava sendo colocado seria

CÂMARA MUNICIPAL DE PIQUETE

Presidente

Fl n.º

Ata da 11ª Sessão ORDINÁRIA Realizada em 03/08/2026

criada as emendas. Então ele orientava votar contrário. O senhor Presidente disse que a orientação da bancada estava feita e colocou a matéria em 1ª votação e rejeitada por 6 votos contrários e 3 favoráveis. O senhor Presidente disse que haveria uma segunda votação. Usando da palavra pela ordem o Ver. Claudinei disse que para que o aquele projeto fosse aprovado na Casa, ele tinha que ser votado e favorável em duas votações. Se ele já tinha sido reprovado em uma votação, nem cabia mais a segunda votação. O senhor Presidente concordou e disse que como não havia consenso sobre a matéria, agradeceu ao Ver. Claudinei e informou que a proposta estava rejeitada e invalidada não podendo retornar ao Plenário dentro esse exercício, perdendo assim o seu efeito. **2) Parecer nº 035/2026**, da Comissão de Justiça e Redação e Parecer nº 005/26, da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, ambos favoráveis ao Projeto de Lei Ordinária nº 018/2026, de autoria do Executivo Municipal. Como não houvesse quem desejasse discutir a matéria, foi colocada em votação e aprovada de forma unânime pelos presentes. **3) Parecer nº 036/2026**, da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao Projeto de Lei Ordinária CM nº 008/2026. Como não houvesse quem desejasse discutir a matéria, foi colocada em votação e aprovada de forma unânime pelos presentes. **4) Parecer nº 037/2026**, da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao Projeto de Resolução nº 004/26. Como não houvesse quem desejasse discutir a matéria, foi colocada em votação e aprovada de forma unânime pelos presentes. **5) Requerimento nº 051/26**, de autoria da Ver.ª Christiane Cariri, ao Prefeito Rominho, solicitando-lhe que informe a esta Vereadora acerca da situação/fase em que se encontra o projeto de construção da passarela sobre a Rodovia BR - 459, para ligação entre a Rua Cel. José Mariano e a Rua Adriano Abreu, no Município de Piquete/SP. Como não houvesse quem desejasse discutir a matéria, foi colocada em votação e aprovada de forma unânime pelos presentes. **6) Requerimento nº 052/26**, de autoria da Ver.ª Janaína Martinez, ao Secretário Municipal de Infraestrutura, Projetos e Serviços Públicos, José Demetrius Vieira, solicitando-lhe manutenção e reposição da tampa do bueiro na esquina da Rua São José com a Rua dos Operários. A matéria foi colocada em discussão. Como não houvesse quem desejasse discutir a matéria, foi colocada em votação e aprovada de forma unânime pelos presentes. **7) Requerimento nº 053/26**, de autoria do Ver. José Luiz de Faria Júnior, ao Secretário Municipal de Governo, Álvaro Masulck, com cópia para o Prefeito Municipal, Rômulo Kazimierz Luszczyński, solicitando-lhe informações detalhadas acerca da pesquisa divulgada pela Prefeitura Municipal de Piquete, mencionada em vídeo publicado em rede social oficial, referente ao impacto econômico do evento "Piquetão 2026". A matéria foi colocada em discussão. Como não houvesse quem desejasse discutir a matéria, foi colocada em votação e aprovada de forma unânime pelos presentes. **8) Requerimento nº 054/26**, de autoria da Ver.ª Janaína Martinez, ao Secretário Municipal de Meio Ambiente, Rômulo Pires da Silva, solicitando-lhe a realização de estudos técnicos e posterior execução de serviços de desassoreamento do rio localizado no bairro São José, neste município. A matéria foi colocada em discussão. Como não houvesse quem desejasse discutir a matéria, foi colocada em votação e aprovada de forma unânime pelos presentes. **9) Requerimento nº 055/26**, de autoria do Ver. Wesley Douglas Leal, ao Secretário Municipal de Segurança Pública e Trânsito, Maxwell Abreu Rodrigues de Azevedo, solicitando-lhe providências quanto à instalação de placas de identificação com nomes de ruas no bairro Alto da Bela Vista. A matéria foi colocada em discussão.

Lucas Leal

JP

✓

⊙

7

se

A

✓

CÂMARA MUNICIPAL DE PIQUETE

Ata da 11ª Sessão ORDINÁRIA Realizada em 03/08/2026

Presidente
Fl n.º


Ver.ª CHRISTIANE FRANCO DA SILVA


Ver. CLAUDINEI LUIZ DE MORAES


Ver.ª JANAÍNA RIBEIRO MARTINEZ GONZAGA MIGUEL


Ver. LUCAS EVANGELISTA DO PRADO LEAL